

## APRESENTAÇÃO

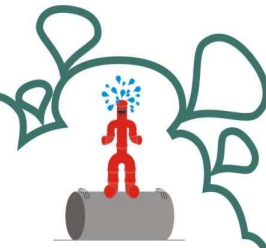
O Plano Municipal de Saneamento Básico de Luzerna foi elaborado de acordo com a Lei N.º 11.445 de 05 de Janeiro de 2007, que estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e para Política Federal de Saneamento Básico, onde em seu Art. 2º define os Princípios Fundamentais, tais como: universalidade do acesso, integralidade dos serviços, abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, disponibilidade em toda a área urbana de serviços de drenagem, eficiência e sustentabilidade econômica, utilização de tecnologias apropriadas, transparência das ações, controle social e entre outros.

Com a nova Lei, houve um avanço significativo em termos de política nacional para tratar da regulação do Saneamento Básico, favorecendo uma ação coordenada entre os Entes Federados: Municípios, Estados e União, onde cada um deve atuar dentro de sua esfera de competência, cabendo aos Municípios o planejamento dos serviços por meio da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e sua compatibilização com outras áreas, como os recursos hídricos, o desenvolvimento urbano, etc.

A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Luzerna, constituiu-se de 3 etapas e 8 fases que foram desenvolvidas com a participação da sociedade e possibilitaram um espaço de debate dos cidadãos e a construção coletiva de opções conscientes e negociadas, através de estratégias de organização envolvendo as áreas urbanas e rurais, na busca de soluções tecnológicas e melhorias da infraestrutura, considerando-se as principais variáveis sócio-culturais e ambientais envolvidas na formulação das soluções de saneamento em prol da superação do déficit e das desigualdades no acesso aos serviços de saneamento básico, propiciando a sociedade, uma posição de protagonista na definição, formulação e gestão das políticas públicas para o saneamento básico municipal.

Fizeram parte do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Luzerna as Etapas:

Etapa I – Fundamentos;



Etapa II – Propostas;

Etapa III – Aprovação, e

Etapa IV – Institucionalização.

Durante todo o processo foram realizadas as ações de sensibilização da sociedade, distribuição de cartilhas, evento de lançamento do Plano, capacitação dos Comitês, 3 reuniões comunitárias com eleição de delegados, diversas reuniões com os comitês gestor e consultivo, oficina de elaboração das propostas, 3 Audiências Públicas/Conferências, reuniões com a Câmara de Vereadores e com o Conselho do Meio Ambiente de Luzerna.

São objetivos do Plano Municipal de Saneamento Básico de Luzerna, respeitadas as competências da União e do Estado:

I – Melhorar a qualidade da saúde;

II – Manter o meio ambiente equilibrado, buscando o desenvolvimento sustentável;

III – Fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental;

IV – Assegurar os benefícios da salubridade ambiental à totalidade da população luzernense;

V – Promover o desenvolvimento da capacidade tecnológica, financeira e gerencial dos serviços públicos de saneamento do Município;

VI – Promover a organização, o planejamento e o desenvolvimento do setor de saneamento de Luzerna.

VII – Viabilizar para a população de menor renda o acesso ao saneamento básico;

VIII – Garantir a sustentabilidade dos programas de saneamento, associando-os ao desenvolvimento econômico, social e ambiental;



IX – Oferecer condições para o funcionamento dos canais instituídos e outros instrumentos de participação da sociedade nas definições e no controle social da política de saneamento municipal;

X – Manter informação atualizada sobre o saneamento básico municipal;

XI – Fortalecer a relação com os demais municípios da região estabelecendo parcerias na formulação de planos e programas de saneamento, e desenvolvendo ações integradas em áreas de interesse regional, como as de proteção ambiental e de mananciais;

XII – Propiciar a participação da população, bem como das universidades, ONGs e entidades empresariais, na definição das ações e prioridades e no controle social da política de saneamento;

XIII – Articular de forma democrática as instancias municipal, estadual e federal de política e financiamento do saneamento, visando a otimização dos recursos disponíveis;

XIV – Considerar as características diferenciadas da demanda, desenvolvendo programas e projetos de saneamento coerentes com suas necessidades;

XV – Articular a melhoria das condições de saneamento com políticas de inclusão social e projetos complementares que visem o desenvolvimento humano.

Para que se atinjam os objetivos do Plano Municipal de Saneamento Básico de Luzerna, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

I – Valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas, objetivando resolver problemas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, dificuldades de drenagem e disposição de águas pluviais e gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos;

II – Integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação e uso e ocupação do solo;



III – Atuação integrada dos órgãos públicos, municipais, estaduais e federais na área de saneamento básico;

IV – Busca permanente da máxima produtividade e melhoria da qualidade da prestação de serviços públicos de saneamento básico;

V – Planejamento e execução das ações, obras e serviços de saneamento básico de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por ela responsáveis o licenciamento, fiscalização e controle, nos termos de sua competência legal;

VI – Incentivo ao desenvolvimento científico, a capacitação e a formação de recursos humanos na área de saneamento, na busca de alternativas para a solução dos problemas de saneamento básico;

VII – Adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

VIII – Promoção de programas de educação ambiental e sanitária com ênfase em saneamento básico;

IX – Divulgação sistemática de informações sobre as ações do plano municipal de saneamento e problemas de saneamento básico e educação ambiental e sanitária;

X – Adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas.

O empenho da sociedade e da administração permitiu a conclusão deste trabalho em nove meses que, com certeza, provocará profundas mudanças no que tange ao futuro do saneamento básico do município de Luzerna. Entretanto, para que isso seja possível, a comunidade luzernense terá que enfrentar um grande desafio nos próximos vinte anos: utilizar os mecanismos de gestão democrática e informações propostas no Plano. Eles permitirão dar continuidade ao planejamento e monitorar as ações e respectivas metas visando a controlar os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana, permitindo que o município cresça de forma sustentável e democrática,



avaliando continuamente a sua aplicação para reforçar os pontos fortes e corrigir as possíveis falhas do plano ora estabelecido.

O Plano Municipal de Saneamento Básico de Luzerna foi elaborado com o objetivo de oferecer informações sobre o saneamento básico, propor ações de universalização e integralidade dos serviços e monitoramento da eficiência e eficácia das proposições definidas pela sociedade como metas para a Política Municipal de Saneamento Básico.

Em sua estrutura, o Plano foi dividido em dois volumes. O Volume I apresenta o processo de participação da sociedade, levantamento de informações e o diagnóstico do saneamento básico de Luzerna. O Volume II é o Plano propriamente dito, composto pelo prognóstico, contendo as propostas, o Projeto de Lei do Plano e a sua institucionalização, apresentando:

### **VOLUME I:**

ETAPA I- Fundamentos, composta pelas Fases:

- Fase 1 - Participação da sociedade;
- Fase 2 – Aquisição de informações;
- Fase 3 – Diagnóstico da situação e seus impactos.

### **VOLUME II:**

ETAPA II – Propostas, composto pelas Fases:

- Fase 4 – Prognóstico e alternativas;
- Fase 5 – Programas, projetos e ações

ETAPA III – Aprovação, composto pela Fase:

- Fase 6 – Ações para emergências

ETAPA IV – Institucionalização, composto pelas Fases:

- Fase 7 – Mecanismos e procedimentos;
- Fase 8 – Sistema de informações